



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10493 - Resumo Expandido - Trabalho - XIV ANPED SUL (2022)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 08 - Educação Superior

**A SUBJETIVAÇÃO NEOLIBERAL DO DOCENTE DO ENSINO SUPERIOR:  
DISCUSSÕES INTRODUTÓRIAS**

Camila Chiodi Agostini - UPF - Universidade de Passo Fundo

Altair Alberto Fávero - UPF - Universidade de Passo Fundo

**A SUBJETIVAÇÃO NEOLIBERAL DO DOCENTE DO ENSINO SUPERIOR:  
DISCUSSÕES INTRODUTÓRIAS**

Os processos educacionais têm tomado o foco das discussões contemporâneas em um dos seus resultados ou contributos mais primordiais para a sociedade, constituída na formação da subjetividade dos indivíduos. Não há como negar que a educação, seu currículo, sua condução e seus processos constituem de forma substancial a subjetividade do indivíduo submetido ao processo de ser ensinado. No entanto, não há como visualizar essa prospecção sem questionar qual subjetividade está sendo formada e para qual fim social a mesma está sendo conduzida.

Embora esse aspecto seja mais latente na análise do aluno, do educando, é possível perceber a subjetividade em formação também do professor, que se constrói e reconstrói em cada atuação. É preciso lembrar que o docente não nasce pronto as portas de sua graduação, mas é também um agente do processo em formação contínua no decorrer de sua prática, em todos os níveis educacionais que ele atua. Portanto, questões como a formação inicial e continuada do professor, formação de sua identidade e profissionalidade docente, atuação profissional, condições e situações de trabalho, reconhecimento e pertencimento enquanto professor, são aspectos que a muito vem sendo analisados pelas pesquisas educacionais pelo país, inclusive pela linha de políticas de Ensino Superior, principalmente em tempos de inserção de ideologia neoliberal a qual modifica os propósitos e fins educacionais (FÁVERO, TONIETO, CONSALTÉR, 2020).

Entretanto, embora no alvo de múltiplas análises a algum tempo, o professor do Ensino Superior, sujeito que nos interessa para o presente estudo enquanto sujeito do processo educacional, sofreu uma forte reviravolta em sua atuação nos últimos dois anos sem função pandemia de covid-19. Sem adentrar em todos os aspectos que envolveram e persistem nessa condição de emergência sanitária enfrentada pelo mundo, é preciso ter em mente que a

mesma modificou de forma muito profunda as questões educacionais, provocando intensas mudanças no cotidiano as quais embora passíveis de serem previstas, não eram esperadas de forma tão abrupta e em tão pouco tempo (SOUZA, et al, 2021). A pandemia mudou de forma profunda as estruturas educacionais, inclusive situações as quais podem permanecer com seu fim, gerando efeitos conhecidos e ainda não conhecidos para o ensino.

A pandemia soma-se a crise mundial que aprofunda as desigualdades sociais produzidas e impostas pelo neoliberalismo e pelo capitalismo, que transforma a vida em um carrossel de consumo produtor da expansão do lucro para poucos. A mercantilização do Ensino Superior (RODRIGUES, 2007) somada a processos de subjetivação consideram o homem agora, como um sujeito, que possui uma identidade, mas que lhe é atribuída como própria, moldada dentro da racionalidade vigente (FONSECA, 2011). Trata-se dessa forma, de conceber o momento atual como um espaço de forte e latente subjetivação do ser humano, concebendo o indivíduo tal qual o funcionamento de uma máquina produtiva que pode ser facilmente substituída caso não sirva para o processo produtivo. A forma como a vida humana foi tratada pelos setores empresariais e discursos governamentais endossa tal diagnóstico.

Assim, o objetivo do presente trabalho é investigar, ainda que de forma introdutória, o processo de subjetivação do docente do Ensino Superior, em uma perspectiva neoliberal, frente aos efeitos da pandemia, que enseja a visão de sua atuação como uma “servidão voluntária ao capital” (ANTUNES, 2018).. Nesse sentido, a pergunta orientadora desse trabalho caracteriza-se pela seguinte formulação: De que forma se caracteriza a subjetivação docente enquanto servidão ao capital em tempos de pandemia? Trata-se, portanto, de uma pesquisa básica de abordagem qualitativa, exploratória, a partir de estudo teórico, com análise hermenêutica-analítica de alguns textos dos autores Miller e Rose (2012), Antunes et al (2020), Antunes (2018), Lazzarato (2014) dentre outros que conjuguem com os argumentos apresentados. Ressaltamos que o estudo exploratório aqui apresentado faz parte de pesquisa mais aprofundada que está em andamento e, portanto, não tem qualquer objetivo de encerrar ou esclarecer de forma final o debate.

Obviamente, temos consciência que o tema é complexo, multifacetado e passível de inúmeros desdobramentos, ainda mais pelo fato de que a pandemia está em curso e que o embasamento social, político e econômico que resultam nessas discussões é amplo e cheio de nuances analisáveis e com sua parcela de importância. Todavia, acreditamos que apresentar conjugações como as que propomos aqui, ainda de que de forma preliminar, pode ser uma ferramenta hábil e potente para formar arcabouço teórico apto a produzir análises e questionamento sobre a temática no futuro, o que se faz tão necessária na atualidade.

Com base no texto introdutório, é preciso conceber, de início, que as políticas educacionais mundiais estão sendo moldados constantemente de forma intensa nos últimas três décadas por processos idealizados por organismos internacionais de cunho financeiro que atuam em direcionar as políticas em torno do controle da avaliação, da atuação e formação docente, redução do Estado social em detrimento de uma Estado garantidor financeiramente, e a transformação da educação como gerencial, empresarial, formadora de clientes e empresários de si mesmos, pautados pelo mercado, na meritocracia e na condução de si mesmo para o sucesso (TELLO e ALMEIDA, 2014, DARDOT e LAVAL, 2016). Trata-se

daquilo que já foi abordado, consoante a inserção da ideologia neoliberal no seio da educação, criando-se uma nova racionalidade ou uma nova forma de pensar e conduzir os processos educacionais.

Essa racionalidade liberal, de acordo com Miller e Rose (2012, p.17), atua fortemente em uma “prática de subjetivação”, implicada aos sujeitos sociais para os quais, considerados como indivíduos autônomos a serem assistidos, são concedidos direitos e deveres, “compreendendo-se o potencial deles mediante sua própria livre escolha, ou ameaças potenciais a serem analisadas segundo a lógica do risco e da segurança”. Para isso, se utiliza de duas ferramentas muito interessantes: a racionalidade e as tecnologias. Por racionalidade, pode-se entender como toda aquela gama de discurso político e racional que atua como uma “tecnologia de pensamento que exige atenção a específicos instrumentos técnicos de escrita, listagem, enumeração e computação que transformam um domínio em discurso como um objeto cognoscível, calculável e administrável” (MILLER e ROSE, 2012, p. 43-44). Já as tecnologias, de acordo com Miller e Rose, (2012, p. 46) podem ser conceituadas como “mecanismos através dos quais autoridades de vários matizes têm buscado modelar, normalizar e instrumentalizar a conduta, o pensamento, as decisões e as aspirações de outros, a fim de alcançar os objetivos que eles consideram desejáveis”.

Nesse sentido Corazza (2004, p. 57) sustenta que considerar a educação, como “*modo de subjetivação* implica analisar seus conhecimentos, linguagens, formas de raciocínio, ciências, tipos de experiência, técnicas normativas, enquanto vinculas às relações de saber e de poder que atravessam os corpos para gravar-se nas consciências”. Assim, “[...] a atuação no campo pedagógico passa a ser constituída por uma série de discursos que circulam e que legitimam determinadas formas de fazer educação (MACHADO; LOCKMANN, 2014, p.1596). Todo o sistema educacional torna-se influenciado por essa racionalidade, para a qual o Ensino Superior e os docentes também são submetidos. A racionalidade educacional atua a conduzir o indivíduo a uma forma de vida pautada em “estilos de pensamento, modos de tornar a realidade pensável de tal maneira que resultasse maleável ao cálculo e a programação” e em tecnologias como “ajuntamento de pessoas, técnicas, instituições, instrumentos para a condução da conduta” (MILLER; ROSE, 2012, p. 27-28).

O *homo economicus* de Foucault (1978) é pautado em uma formação de uma subjetividade que considera “o livre mercado econômico como a instância suprema de formatação da verdade no mundo contemporâneo” (DUARTE, 2009, p.46), que sustenta formas sutis e flexíveis para o governo do povo, no qual o sujeito torna-se um empreendedor de si mesmo, constituindo o seu próprio produtor de rendimentos e de capital humano. Com o avanço dos anos e com o surgimento de novas situações mundiais como a pandemia, a denúncia feita inicialmente por Foucault e corroborada por inúmeras pesquisas ao longo dos anos, tem sido ampliada, corroborada e ganhando novas nuances.

É preciso considerar que a pandemia, alterou de forma substancial o mundo, as relações, a conduções políticas de dificilmente será possível retornar a um status quo. A educação é enfatizada nesse cenário pandêmico sumariamente como “um insumo econômico ou a uma estratégia disciplinadora doutrinária” (CARA, 2019, p.22) inclusive com ações políticas para tanto. O mercado influencia a vida cotidiana e chega a universidade empresa (RODRIGUES,

2007) e lá dita a forma como o docente deve conduzir a sua prática em função desses primados. O docente do Ensino Superior é, dessa forma, subjetivado por essa lógica neoliberal e conduz seu trabalho com e para esse fim. E isso não tem apresentado resultados positivos, gerando não só efeitos na atuação docente, na sua formação, e na sua vida como um todo. O professor do Ensino Superior está fragilizado, precarizado, vilipendiado de sua autonomia, vivendo um mal-estar geral na sua profissão. (FÁVERO, AGOSTINI, RIGONI, 2021)

Para Antunes, et al, (2020) essas práticas neoliberais objetivam a formação e atuação de um professor cada vez mais reduzida, fundada por “conceitos de multifuncionalidade, flexibilidade e empregabilidade, sob os auspícios da teoria do capital humano” (ANTUNES, et al, 2020, p. 226) onde os indivíduos e os próprios professores acabam sendo responsáveis pelo seu sucesso e fracasso profissional e se tornam consumidores da sua própria formação. (ANTUNES, et al, 2020). Segundo Souza, et al, (2021. p. 4) o momento pandêmico impeliu um “novo desafio para a produção de sociabilidades e laços coletivos no trabalho docente que antes eram baseados na proximidade física”, situação diminuída na atualidade do Ensino Superior e projetada para assim permanecer no futuro a ser marcado por “trabalho por plataforma, tal qual a ‘uberização’ do mercado, que apresenta uma nova face do trabalho precarizado”.

É preciso conceber aqui também que subjetivação neoliberal pautada na sujeição social e na servidão maquínica atuam na produção de subjetividades na contemporaneidade, os quais são apresentados por Lazzarato (2014). Em sua obra *Signos, máquinas, Subjetividades*, com base em Foucault, Deleuze e Guattari, dentre outros, desenvolve uma conceituação interessante e provocativa sobre a atual subjetivação capitalista e de que forma esta induz a formação de uma subjetivada que primeiro individualiza, para depois desindividualizar em nome de uma engrenagem e agenciamento social maior. Para Lazzarato (2014, p.17), “a sujeição social nos dota de uma subjetividade, atribuindo a nós uma identidade, um sexo, um corpo, uma profissão, uma nacionalidade, e por assim diante”. Para o mundo do trabalho, essa individualização trabalha na produção de sujeitos unos, tanto em consciência, comportamento e representação. No entanto, enquanto outra faceta dessa formação de subjetividades, na servidão maquínica o sujeito funciona como parte da engrenagem na máquina geral de seus aparelhamentos, como a instituição de ensino. Assim, torna-se “essencial entender que a subjetividade e a subjetivações que o capitalismo produz são feitas para a "máquina" não primordialmente para a "máquina técnica", mas para a "máquina social", para a "megamáquina". (LAZZARATO, 2014, p.18). Ainda,

A servidão é um modo de controle e regulação ("governo") de uma máquina social ou técnica, como uma fábrica, uma empresa ou um sistema de comunicações. Ela recoloca "servidão humana" dos antigos sistemas imperiais (egípcio, chinês etc.), e por conseguinte é um modo de comando, e regulação e de governo "assistido" pela tecnologia, constituindo, como tal, uma especificidade do capitalismo. (LAZZARATO, 2014, p.28-29)

Diante disso, é possível já perceber que subjetividade a lógica neoliberal pretende formar no professor docente induz uma servidão de controle, a fim de que o mesmo repercuta a

formação mercadológica na sua atuação. Na pandemia, mediado e assistido por inúmeros aparatos tecnológicos o docente viu-se atuando simplesmente em dois lados de um trabalho servil: aquele exaustivo, extenuante e aquele simplesmente voltado ao cumprimento de protocolos de plataformização, padronização, controle e condução de conteúdos e processos educacionais que explodiram na pandemia.

Nesse sentido, é possível afirmar que o processo de trabalho do docente na atualidade, sob o prisma das novas tecnologias, tem perdido cada vez mais a autonomia e tornado a formação superior também em um âmbito de atuação neoliberal. Para Antunes, (et al, 2020), a retirada de autonomia, do poder decisório de fazer ou não fazer no processo de ensino pode ser observada pela inserção de sistemas e mecanismos “informativos que aprimoram a burocracia de controle e levam à objetivação do saber docente em procedimentos preestabelecidos em manuais, nas apostilas e nas avaliações” (ANTUNES, et al, 2020, p. 230) pré-estabelecidas pelo governo, percebendo-se aí a configuração da servidão à “megamáquina” que denuncia Lazzarato (2014). A gestão do trabalho mediada pelo desenvolvimento individual, como metas e resultados, diversas formas de controle e gerenciamento do trabalho, acúmulo de novas atividades precarizam condições físicas e atingem diretamente a subjetividade do professor, o tornando um operador de plataformas. Já a uberização, além de ser observada no trabalho do professor eventual, temporário, justificada pela falta de professores, mas que só implica na redução de vencimentos, é verificada em propostas de apps de docentes para atendimento de demandas escolares de forma imediata, o que desconsidera totalmente a perspectiva do trabalho. (ANTUNES, et al, 2020).

Portanto, a subjetividade docente perante o neoliberalismo parece flutuar, no momento atual, entre a formação da individualização, no sentido de ainda sustentar o professor enquanto indivíduo multifuncional e flexível às flutuações do mercado. Mas, também migra para uma subjetivação e servidão, na qual a precarização do trabalho, a exaustão e o sofrimento estão presentes, em nome de uma atuação sem autonomia, que cumpra os objetivos marcados pelo capital com o auxílio de tecnologias digitais. Importante destacar que a bordar esses temas enquanto estamos ainda no decorrer do processo é desafiador, contudo, é necessário. É preciso criar bases para as discussões futuras e instigar conhecimentos para minimizar os efeitos de todo esse processo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Subjetivação. Neoliberalismo. Docente. Ensino Superior.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. *et al.* **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0.** 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletário de serviço na era digital.** São Paulo: Boitempo, 2018.

- CARA, D. Contra a barbárie, o direito a educação. *In*: CÁSSIO, F. (org). **Educação contra a Barbárie**. Por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar [recurso eletrônico]. 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2019, p. 20 a 25
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaios sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 321-376.
- FÁVERO, A. A.; AGOSTINI, C. C.; RIGONI, L. M.. Mal-estar docente e políticas de formação pedagógica. **Revista Pedagógica**, v. 23, p. 1-27, 2021.
- FÁVERO, A. A.; TONIETO, C.; CONSALTÉR, E. O neoliberalismo em ataque ao ensino Público. *In*: FÁVERO, A. A.; TONIETO, C.; CONSALTÉR, E.(orgs.). **Leituras sobre Educação e Neoliberalismo**. Curitiba: CRV, 2010, p.11-26.
- LAZZARATO, M. **Signos, máquinas, Subjetividades**. São Paulo: Edições Sesc, 2014. Traduções de Paulo Domenech Oneto com a colaboração de Hortência Lencastre.
- RODRIGUES, J.. **Os empresários e a Educação Superior**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. 95 p.
- SOUZA, K. R. et al. Trabalho remoto, saúde docente e greve virtual em cenário de pandemia. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 19, 2021, e00309141. DOI: 10.1590/1981-7746-sol00309
- TELLO, C.; ALMEIDA, M. L. P. Políticas educativas e profissionalização docente na América Latina. **Revista Lusófona de Educação**, 26, p. 161-174, 2014.